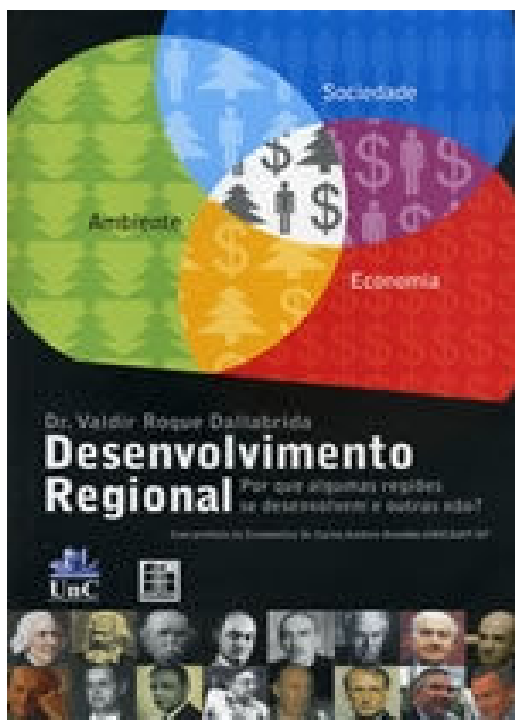


DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional. Porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1ed, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2010. 212 p.

Carla Maria Freres Stipp Baptista
Mestranda em Geografia e Meio Ambiente - UEL
carlastipp@hotmail.com



A presente obra é oriunda das pesquisas desenvolvidas nas atividades de integração do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), ministrado no Campus Universitário da cidade de Canoinhas – SC, com a sociedade e lideranças sociais. É constituída de uma breve introdução e de quatro partes, onde se busca, sequencialmente, apontar os marcos conceituais dos séculos XIX e XX, com intuito de explicar as causas e os condicionantes da evolução territorial no interior da economias nacionais e revisar as vertentes teóricas contemporâneas que tratam do desenvolvimento, dando especial

destaque, no final, às que estão focadas na escala local, regional ou territorial, traduzindo sua experiência e fundamentação em abordagens que se complementam.

Na introdução, DALLABRIDA aponta a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, demonstrando que determinada corrente de pensamento, a qual se filia, considera o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa nas atividades produtivas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Na primeira parte do livro em tela, discuti em três capítulos, temas relacionados ao desenvolvimento nas abordagens teóricas clássicas, começando no primeiro capítulo pelo pensamento dos fisiocratas, os quais, mediante sua vinculação à natureza, consideravam a agricultura como base econômica, em contraposição aos mercantilistas e, enxergavam na despesa do consumidor a principal determinante da renda. Destaca François Quesnay como

principal líder da referida escola.

Em um segundo momento aponta a problemática central, qual seja a preocupação com a qualidade de vida da população, tratada pelos economistas clássicos como, por exemplo, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill sob a ótica de como melhorar as condições de vida da população através de um aumento no acúmulo de riquezas. Destaca a visão de Smith, na qual a riqueza das nações determina-se pela produtividade do trabalho útil e produtivo. A de David Ricardo, segundo o qual, o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz, de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores, o que resultava na elevação de salários e dos fundos necessários para contratação e adquirir meios de produção. Ressalta a preocupação dos clássicos com a estagnação da economia, apontando a visão otimista de John Stuart Mill, o qual defendia que o ritmo do progresso técnico poderia ser sempre superior ao crescimento demográfico, em contraposição ao entendimento de Thomas Malthus, que defendia a necessidade de controle da população, pois esta aumentaria num ritmo maior que a capacidade da economia produzir alimentos. O autor destaca que para os clássicos liberais a grande questão do desenvolvimento seria conciliar crescimento com distribuição. Por outro lado demonstra como outro economista Karl Marx, confrontou suas idéias com a dos autores liberais, para o qual o conflito distributivo se realizaria na relação capital e trabalho, com a exploração do trabalhador pelo capitalista.

Em um terceiro momento, discorre sobre as teorias clássicas espaciais ou de localização, apontando Thünen como fundador da teoria, o qual construiu um modelo para explicar as diferenças regionais, baseado na renda da terra, na qualidade da mesma e nos custos de transporte. O autor critica as abordagens que se restringiam a explicar as aglomerações de produtores em determinada localização considerando as vantagens que estes tinham, como sendo uma abordagem vaga demais. Destaca fatores locais contemporâneos que atraem investimentos nas regiões como indústrias de alta tecnologia, centros de pesquisas universidades, agências de publicidade entre outros. Em seguida aborda as teorias de crescimento econômico, fazendo uma síntese dos grandes pensadores que influenciaram a economia: Marshall, o qual destacou em seus estudos a organização industrial e a divisão do trabalho, como geradoras de economias de escala, investimentos em infraestruturas, criadoras de economias externas e introduziu a noção de distritos

industriais; Schumpeter para quem a palavra de ordem era inovação, o que explicava o desenvolvimento econômico a partir do papel inovador desempenhado por certos empresários. O autor entende que as idéias de Schumpeter têm limitações, e uma delas é querer centrar na empresa e no empresário uma explicação suficiente para entender os processos de mudança que levam o desenvolvimento; Keynes, o qual centrou suas análises na abordagem macroeconômica do pleno emprego, nos fatores do crescimento do investimento, nos seus impactos sobre a renda e o emprego, bem como defendeu a intervenção do Estado na economia.

O autor segue destacando a contribuição dos teóricos neomarxistas no debate sobre o desenvolvimento, sintetizando as idéias de alguns autores, como: Rui Mauro Maurini, que fez críticas severas à Teoria da Dependência, à corrente Weberiana defendida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, que interpretam o desenvolvimento como um processo social; Baran e demais economistas de inspiração marxista, apontando que a contradição do desenvolvimento não poderia ser explicada pelas relações de centro e periferia, mas entre capital e trabalho; Jaguaribe, que relata como o estabelecimento de um regime social, isto é, de valores, participação, poder e propriedade, não contribuiu para o desenvolvimento nacional.

Segue expondo o Neoevolucionismo ou Etapismo de Rostow, onde Rostow entende o desenvolvimento baseado em etapas, o que é objeto de críticas por aqueles que entendem o desenvolvimento como um processo histórico; Clark colocava em evidência a idéia de que não existiria desenvolvimento sem industrialização.

Em seguida, o autor demonstra a importância da teoria da base da exportação, segundo a visão de Schwartzman cuja idéia principal era atrelada a teoria da base econômica; No Brasil, tiveram maior expressão as obras de North, para quem a exportação consistia num princípio básico do crescimento econômico regional. O autor destaca que esta abordagem teórica induz ao entendimento de que o desenvolvimento das regiões teria uma relação direta com sua capacidade de exportação.

O autor discorre em um momento posterior sobre a organização espacial da economia e o enfoque da ciência regional, cujo maior expoente foi W. Isard, o qual introduziu os problemas do espaço na teoria econômica através dos conceitos de insumos de distância.

A teoria da dinâmica circular cumulativa faz parte das teorias do desenvolvimento desigual, que indagam sobre as causas das diferenças no ritmo e nível de desenvolvimento entre as regiões. Foi elaborada inicialmente, por Myrdal e reestruturada por Kaldor. Defende-se que a partir de uma aglomeração inicial em uma região e a existência de economias de escalas e externalidades tecnológicas, novos recursos são atraídos, os quais reforçam circularmente a expansão do mercado. Nas regiões periféricas, ocorreria o contrário.

Com a teoria dos encadeamentos e do grande impulso, a idéia de que o crescimento é necessariamente desequilibrado foi compartilhada por A. Hirschman, o qual introduziu o conceito de linkagens (encadeamentos para diante e para trás). Encadeamentos para trás correspondiam a enviar estímulos para setores que forneciam os insumos requeridos por uma determinada atividade, enquanto encadeamentos para frente induziam o desenvolvimento para frente, ou seja, induziam o desenvolvimento de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta.

A teoria da polarização ou dos pólos de crescimento teve como precursor Perroux, referente teoria fornece uma interpretação espacial do crescimento econômico e sugeriam estratégias para o desenvolvimento de regiões deprimidas e para a construção de sistemas urbanos.

As teorias neoclássicas de crescimento, de cunho intervencionista, tiveram como principais expoentes R. Solow e T. Swan. Segundo os referidos autores, considerando um dado estoque de capital trabalhador, uma economia converge a um equilíbrio a longo prazo, no qual o produto por trabalhador cresce a uma taxa constante igual à taxa da mudança tecnológica. Assim sendo, as economias mais pobres tendem a crescer mais rápido que as economias mais ricas, levando à convergência a longo prazo.

A partir da década de 1980, se formula a teoria de crescimento endógeno, que tem como referência os autores P. Romer, R. Lucas e S. Rebelo. Tem relação com o suposto de que o crescimento é impulsionado pela mudança tecnológica que procede de decisões intencionais de investimento, tomadas por agentes maximizadores de recursos econômicos, o que implica que o crescimento de longo prazo resulta de fatores endógenos em um determinado contexto histórico, pois reforçam o papel do capital humano, do conhecimento e da mudança tecnológica.

A teoria da modernização que teve como autor referência T. Schultz, o qual reduz o desenvolvimento a um processo de modernização em que a sociedade tradicional dos países subdesenvolvidos é substituída por uma sociedade moderna, por meio da introdução de novas tecnologias. A referida teoria foi aplicada no Brasil na década de 1950 para justificar o processo massivo de modernização da agricultura, o que implicou no abandono de técnicas tradicionais eficientes.

A segunda parte trata da contribuição de teóricos latino-americanos e brasileiros nas teorias do desenvolvimento.

A ONU criou a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal, com o objetivo de realizar estudos visando ao desenvolvimento da região. Inicialmente o autor aponta as bases teóricas do estruturalismo latino-americano, uma variante que direciona seu foco de estudo com a finalidade de tentar responder quais são as principais causas do subdesenvolvimento e o que se pode fazer para superá-lo. Dá especial enfoque a necessidade de uma reforma agrária.

A Teoria das trocas desiguais, uma das variantes abordadas pelo autor, foi difundida por A. Emmanuel, afirmava que o principal entrave ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo era a transferência de valor promovida pelo comércio internacional.

As teorias do centro, periferia e dependência defendem a existência de uma ordem mundial, com alguns países centrais, que aliados às elites dominantes dos países periféricos, se enriquecem progressivamente à custa dos países mais pobres.

Aponta o autor, que no Brasil e na América Latina, o inconformismo com o estilo de desenvolvimento dependente do exterior, levou sociólogos e economistas a uma nova proposta que incentivasse o crescimento autônomo baseado no mercado interno.

Entre os economistas ligados ao setor privado se destacaram Roberto Simonsen, Roberto Campos e João Paulo de Almeida Magalhães. Apoiados nas teorias de Keynes e Prebich defendiam a substituição das importações, o protecionismo e a existência de crédito abundante e barato.

Já o pensamento dos neoliberais, cujo maior expoente segundo o autor é E. Gudin fundamentava-se no livre mercado e numa preocupação com a intervenção do estado naquele, que poderia segundo este pensamento acabar tolhendo a iniciativa privada.

A corrente teórica socialista, ligada ao Partido Comunista Brasileiro e ao Instituto

Superior de Estudos Brasileiros – ISEB teve como principais representantes Caio Prado Junior, Nelson Verneck Sodré e Alberto Passos Guimarães que defendiam a viabilização do desenvolvimento capitalista no Brasil a fim de facilitar a passagem para o socialismo. Defendiam a reforma agrária, pois consideravam a agricultura brasileira feudal e que o latifúndio era o centro dos problemas da economia brasileira. Outro expoente apontado pelo autor com um pensamento independente era I. Rangel que defendia um planejamento governamental.

Após 1964 diversas teses orientaram o debate sobre a economia, entre as quais se destacam a ideologia desenvolvimentista (recobrando uma economia voltada à exportação e a industrialização por substituição de importações) e o tema do subdesenvolvimento industrializado. Contribuições nesse debate foram explanadas por Bresser Pereira, que defendia o subdesenvolvimento industrializado, que era a tentativa de reproduzir na periferia o consumo do centro, em benefício de uma minoria capitalista e tecnoburocrática. Outro autor foi W. Cano, reconhecido pelas suas reflexões sobre a formação econômica regional no Brasil, onde destaca o histórico de integração nacional, focando-se na análise do setor industrial.

Destaca também Milton Santos como um autor que teve uma grande contribuição na intelectualidade brasileira. O autor em tela referiu-se em uma de suas obras sobre as teorias do planejamento do desenvolvimento, apontando suas limitações, sendo que uma delas era o fato de que, geralmente, o planejamento das alternativas de desenvolvimento era feito por equipes técnicas sem a participação da sociedade civil.

O autor aponta que apesar de toda a estruturação teórica apresentada a ideologia que predominou na América Latina foi a neoliberal.

Na terceira parte busca estimular uma reflexão crítica sobre as abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial, apontando como os vários autores já mencionados, fizeram abordagens, em parte, de cunho liberal, outras de cunho Keynesiano e ainda abordagens mais revolucionárias apoiadas no pensamento de Marx.

Na abordagem sobre a acumulação flexível, o conceito de produção implicava em uma nova maneira de produzir. A principal tese dos autores M. Piore e C. Sabel era pautada na idéia de uma segunda ruptura industrial, considerando a falência do modelo de produção industrial baseado na produção em série. A idéia era terceirizar serviços meios e produzir o

necessário, com estoque mínimo evitando desperdícios. Assim a produção flexível anunciava novas possibilidades produtivas, inovações tecnológicas que deveriam influenciar todo desenvolvimento regional.

Os distritos industriais do tipo marshallianos possuem bases teóricas no aprofundamento da noção de distrito industrial desenvolvida por A. Marshall. Constitui-se num caso concreto de divisão do trabalho localizada, em que as empresas enraízam-se no território, e são geralmente pertencentes a um mesmo ramo industrial.

A Escola da Regulação se baseia na teoria de que o capitalismo é instável e sujeito a crises cíclicas; entretanto, consegue se manter por meio de um aparato regulatório. Esse sistema gerou a industrialização em países de terceiro mundo.

No Neoschumpeterianismo, como já referido, o elemento comum é a inovação tecnológica, conquanto, agora com um caráter coletivo e não mais somente focado no individual, isto é na figura do empresário.

A Escola do Institucionalismo e Neoinstitucionalismo se baseia numa visão dos agrupamentos e das instituições no lugar da visão individualista predominante na Economia. Seus principais expoentes foram D. North, O. Williamson e Ronald Coase. As abordagens são divididas em Neoinstitucionalista sobre a nova economia institucional e sobre o capital social.

Outros enfoques teóricos recentes apontados pelo autor possuem uma relação com as demais abordagens anteriores, e tem como referências Stoper, Walker, Salais e Scott. Trata-se no caso de uma abordagem de cunho neoinstitucionalista que reforça a importância da cultura e da identidade territorial local nos processos de desenvolvimento de áreas metropolitanas e regionais mais dinâmicas.

O Enfoque Teórico das Vantagens Competitivas desenvolvido por Porter sobre a nova economia institucional demonstra que a vantagem competitiva surge do valor que uma determinada empresa consegue criar para os seus clientes e que ultrapassa os custos de produção.

O Enfoque Teórico sobre *Clusters* é abordado como formas de organização da produção, baseada na divisão do trabalho entre as empresas e a criação de um sistema de intercâmbios locais, o termo é utilizado para designar uma aglomeração produtiva local/regional.

O Enfoque Teórico da Nova Geografia Econômica estruturado por P. Krugman aponta a localização da produção no espaço. Explica de maneira sucinta o agrupamento industrial. A idéia aqui é minimizar os custos, principalmente os relativos a transporte.

Os enfoques teóricos sobre a Sociedade ou Economia em Rede, Cidades Mundiais, Cidade-Região, destaca que a economia global se caracteriza hoje pelo fluxo e troca de informação. Aponta Castells como principal expoente deste enfoque teórico.

O enfoque teórico sobre o Estado-Região, sob a ótica da globalização, proclama o surgimento de uma nova ordem internacional sem fronteiras nacionais, condenando a intervenção estatal e vantagens da livre competição. Trata-se de um enfoque fortemente de cunho liberal.

O enfoque teórico do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável visa estabelecer um amplo debate entre organizações não governamentais, de governo e sociedade local. Busca o desenvolvimento local integrado possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis.

Os enfoques teóricos sobre Governança Local e *Best Practices* do Banco Mundial defendem a participação da sociedade civil nas ações públicas. A participação da sociedade civil é considerada um componente intrínseco da boa governança.

O enfoque teórico sobre economia solidária e popular aponta P. Singer como um dos principais autores brasileiros. A característica principal desse enfoque é a igualdade de direitos acrescida da autogestão.

O enfoque teórico sobre a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual aponta D. Harvey como autor contemporâneo neo marxista como principal referencial. Referida teoria é focada na dimensão espacial do desenvolvimento. Demonstra como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidades gerando desigualdades entre os territórios e regiões. Integra a análise marxista a dimensão espacial.

Os enfoques teóricos sobre desenvolvimento local e endógeno associam este último com a capacidade de uma comunidade local de utilizar o potencial de desenvolvimento existente em um território e dar respostas aos desafios que se apresentam em um momento histórico determinado. Aponta que vários autores referem-se às políticas alternativas de desenvolvimento regionais, entre os quais, Boisier, Helmsing e Vázquez-Barquero.

Na quarta e última parte, DALLABRIDA esboça suas “considerações finais”, em

que destaca o real sentido de desenvolvimento, bem como uma síntese integradora das idéias centrais das teorias, enfoques ou abordagens, apontando um traço comum em todas elas, isto é a necessidade de entender o subdesenvolvimento num contexto histórico específico e que, assim sendo, precisava de uma teorização própria. Ressalta a importância da contribuição de teóricos de ideologia socialista nas teorias de desenvolvimento, mesmo esta sendo restrita.

Em seguida salienta que a orientação profissional do planejamento regional necessita ter um caráter multidisciplinar, com o envolvimento de geógrafos, sociólogos, antropólogos, entre outros, ou seja, apontando a interdisciplinaridade como a nova ordem para um desenvolvimento regional adequado e por fim aponta alguns limites explicativos das teorias ora abordadas.

CRÍTICA

A obra fornece subsídios de base à medida que trata das principais teorias clássicas relacionadas ao desenvolvimento, apontando autores teóricos clássicos e suas preocupações com o acúmulo de riquezas, melhoria de qualidade de vida, espacialidade, localização e crescimento econômico, conceitos esses atrelados ao desenvolvimento.

Com sólidos conhecimentos acerca do desenrolar histórico, além de apresentar as teorias clássicas, o autor empenha-se em apresentar clara e detalhadamente a contribuição dos teóricos latino-americanos e suas bases teóricas, bem como as abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial, levando-nos a compreender as idéias.

É uma leitura que exige conhecimentos prévios para ser entendida, além de diversas releituras e pesquisas quanto a conceitos, autores e contextos apresentados, uma vez que as conclusões emergem a partir de esclarecimentos e posições de diversos estudiosos da área. Com estilo claro e objetivo, o autor impulsiona reflexão crítica e discussão teórica sobre fundamentos apresentados, auxiliando de forma substancial, a elaboração de pesquisas em torno do tema explorado.

As teorias e enfoques abordados pelo autor possibilitam-nos confrontar diversos posicionamentos teórico-metodológicos, a fim de chegar à nossa própria fundamentação

teórica, decidindo-nos por uma linha de pesquisa. Mostram-nos a imensa possibilidade de trabalhos que existe na esfera do desenvolvimento regional, além de nos encaminhar para exposições mais detalhadas a respeito de determinados tópicos abordados, relacionando autores e bibliografias específicas.

Finalmente, com o estudo dessa obra, podemos amadurecer mais nossa compreensão sobre o desenvolvimento regional, inclusive para aceitar e até solicitar crítica mais rigorosa em torno do assunto, o que em muito pode enriquecer nossos estudos e trabalhos em torno de um tema tão importante, em que pesem os grandes desafios representados pelas dinâmicas de reestruturação espaço-regional da contemporaneidade.

CREDENCIAL DO AUTOR

Valdir Roque Dallabrida é geógrafo, doutor em Desenvolvimento Regional, professor e pesquisador com atuação no mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado de Canoinhas – SC, Brasil. Outras obras:

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **O Território, Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial.** 1ed, São Paulo, LIBERARS, 2013. 236 p.

DALLABRIDA, V. R. (Org.) ; BUTTENBENDER, P. L. (Org.). **Gestão, Inovação e Desenvolvimento : oportunidades e desafios para o desenvolvimento da região fronteira noroeste.** 1ed, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007. 407 p.

Recebido para publicação em 06/06/2014

Aceito para publicação em 05/08/2014